

Desafios e Eficácia do Atendimento Educacional Especializado

Challenges and Effectiveness of Specialized Educational Services

Rosmeira Rosa de Souza Prado¹
Enrique López²

Resumo: Este estudo aborda a eficácia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para surdos em uma escola pública de Palestina-GO, destacando tanto as práticas quanto a infraestrutura disponível. Apesar das leis de apoio como a Lei Brasileira de Inclusão e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (Libras), desafios significativos ainda persistem na implementação efetiva dessas políticas. O objetivo desta pesquisa é investigar a adequação do AEE, identificando práticas educativas eficazes e áreas que necessitam de melhorias urgentes. Especificamente, busca-se descrever a infraestrutura do AEE, analisar as políticas que influenciam a inclusão de surdos, e avaliar as percepções de educadores e alunos sobre os serviços prestados. Adotou-se uma metodologia qualitativa, utilizando um estudo de caso com observações e questionários para coleta de dados, o que permite uma análise profunda das práticas educacionais e da experiência dos estudantes surdos. Os resultados revelaram uma lacuna entre a política e a prática, com necessidade de melhorias nas tecnologias assistivas e nas metodologias pedagógicas adaptadas às necessidades linguísticas dos surdos. Além disso, ressalta-se a importância de uma formação contínua dos professores e de um compromisso robusto com a atualização de recursos. Conclui-se que, para uma verdadeira inclusão educacional e social dos alunos surdos, é crucial alinhar as políticas públicas com práticas pedagógicas que atendam às suas necessidades específicas. Este estudo sugere direções para futuras pesquisas e aprimoramento das intervenções educacionais para surdos.

82

Palavras Chave: Atendimento Educacional Especializado. Práticas Pedagógicas. Tecnologias Assistivas. Educação Inclusiva

Abstract: This study addresses the effectiveness of Specialized Educational Services (SES) for the deaf at a public school in Palestina-GO, highlighting both the practices and available

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY; rosmeira.pl@gmail.com

² Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY; enriqueledes@hotmail.com

Recebido em 24/03/2024

Aprovado em 02/05/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



infrastructure. Despite support laws such as the Brazilian Inclusion Law and Decree No. 5,626/2005, which regulates Brazilian Sign Language (Libras), significant challenges still persist in the effective implementation of these policies. The aim of this research is to investigate the adequacy of SES, identifying effective educational practices and areas that urgently need improvement. Specifically, it seeks to describe the SES infrastructure, analyze the policies influencing the inclusion of the deaf, and evaluate the perceptions of educators and students about the services provided. A qualitative methodology was adopted, using a case study with observations and questionnaires for data collection, which allows an in-depth analysis of educational practices and the experience of deaf students. The results revealed a gap between policy and practice, with a need for improvements in assistive technologies and pedagogical methodologies adapted to the linguistic needs of the deaf. Furthermore, it emphasizes the importance of continuous teacher training and a robust commitment to resource updating. It concludes that for true educational and social inclusion of deaf students, it is crucial to align public policies with pedagogical practices that meet their specific needs. This study suggests directions for future research and enhancement of educational interventions for the deaf.

Keywords: Specialized Educational Services. Pedagogical Practices. Assistive Technologies. Inclusive Education

Introdução

A educação inclusiva de surdos no Brasil enfrenta diversos desafios, apesar das políticas estabelecidas para promover a acessibilidade e a igualdade. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para surdos é um componente crítico desse sistema, fundamentado por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Este estudo se concentra na problemática de como o AEE é realizado na escola pública de Palestina-GO, explorando as dimensões práticas e estruturais dessa oferta e como ela afeta a qualidade educacional percebida pelos alunos surdos.

O objetivo central deste estudo é explorar a eficácia e a pertinência do Atendimento Educacional Especializado (AEE) dentro de um contexto particularmente delineado. A pesquisa procura, de forma abrangente, identificar práticas educativas que se mostram eficazes e diagnosticar áreas que demandam intervenções imediatas para aprimoramento. Em um enfoque mais detalhado, a investigação pretende realizar uma descrição minuciosa da infraestrutura disponível para o AEE, bem como das práticas operacionais atualmente em vigor. Adicionalmente, o estudo se propõe a analisar as políticas, tanto internas quanto externas à instituição, que afetam diretamente a inclusão de alunos surdos no ambiente educacional. Por fim, busca-se avaliar as percepções de educadores e estudantes acerca da qualidade e eficácia

dos serviços oferecidos pelo AEE, contribuindo assim para um entendimento mais profundo e embasado sobre a inclusão efetiva nesse contexto educacional específico.

A abordagem metodológica escolhida para este estudo é qualitativa, utilizando um estudo de caso detalhado com observações e questionários para coletar dados diretamente na escola estudada. Este método permite uma análise profunda das interações e das práticas educacionais, oferecendo uma visão compreensiva das realidades enfrentadas pelos estudantes surdos.

Este estudo se propõe a oferecer resultados valiosos sobre a oferta do AEE para surdos, com a expectativa de que suas conclusões possam servir de base para melhorias significativas tanto na teoria quanto na prática da educação inclusiva de surdos no Brasil. Através desta pesquisa, busca-se promover uma transformação educacional que seja tanto inclusiva quanto empoderadora para a comunidade surda.

REVISAO DE LITERATURA

A educação especial no Brasil tem passado por um processo de transformação notável nas últimas décadas, evidenciando uma evolução substancial nos conceitos e nas práticas adotadas para atender de forma adequada às necessidades específicas de alunos com deficiência. Essa jornada de mudanças tem sido fortemente impulsionada pela implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. De acordo com a análise de Mantoan (2006), essa política não apenas se alinha com um movimento global pela inclusão, mas também estabelece um marco importante no compromisso do país com a inclusão educacional.

A evolução dessas políticas tem sido influenciada por diversos modelos de entendimento sobre deficiência, com uma mudança gradual nas legislações e diretrizes educacionais que começam a refletir a percepção da deficiência como uma questão de direitos humanos, e não mais como um problema individual. Strobel (2008) destaca que essa transformação requer uma resposta institucional e estrutural por parte das escolas, adaptando-se para atender às necessidades desses alunos de maneira eficaz e respeitosa.

Dentro desse contexto, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), concebido como uma estratégia essencial para promover a inclusão. O AEE foi projetado para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais convencionais, facilitando a superação de barreiras ao aprendizado e à participação plena.

Damázio (2007) salienta que o objetivo do AEE é garantir que todas as necessidades educacionais especiais sejam atendidas, permitindo que os alunos atinjam seu pleno potencial educativo e social.

Este serviço é destinado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com cada caso recebendo atenção conforme suas necessidades particulares. Karnopp (2012) reforça a importância de um serviço de AEE bem estruturado que respeite as particularidades de cada estudante, oferecendo recursos e estratégias adequadas para facilitar seu desenvolvimento educacional e social.

A complexidade do AEE e suas diretrizes é amplamente discutida na literatura especializada. Lacerda (2006) enfatiza a necessidade de uma abordagem holística que vá além do acesso físico, incluindo adaptações curriculares e metodológicas que assegurem o aprendizado efetivo dos alunos. Essa visão é compartilhada por outros autores, que reconhecem a importância de uma infraestrutura adequada, formação contínua de professores e recursos didáticos e tecnológicos que sejam eficazes para o desenvolvimento das atividades de AEE. Quadros e Karnopp (2004) apontam para os desafios na implementação efetiva do AEE, que incluem a necessidade de constante atualização profissional e melhorias na infraestrutura escolar.

As políticas públicas têm um papel fundamental na conformação e no suporte às práticas de AEE. Godoy (1995) argumenta que, sem o apoio de políticas educacionais fortes e consistentes, os programas de educação especial podem não alcançar seus objetivos, levando à exclusão, ao invés de inclusão. Olhando para o futuro, é essencial que estas políticas e práticas continuem a evoluir e se adaptar às necessidades emergentes. Cruz (2016) sugere que a inovação em práticas pedagógicas e o uso estratégico de tecnologias são fundamentais para melhor atender à diversidade de necessidades dos alunos, garantindo que todos tenham oportunidades iguais de aprendizado e participação.

A elaboração dos planos de atendimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um elemento central para assegurar uma educação inclusiva eficaz e adaptada às necessidades individuais dos alunos. Estes planos são concebidos para fornecer um roteiro detalhado de como as necessidades educacionais especiais dos alunos serão atendidas dentro do ambiente escolar. A discussão sobre a eficácia desses planos muitas vezes gira em torno da qualidade e da adequação da formação dos professores que os implementam, bem como das atribuições específicas que esses educadores devem desempenhar (Glat, et al, 2012_).

Os planos de atendimento do AEE são desenhados para serem altamente individualizados. Eles consideram as capacidades, desafios e expectativas de aprendizagem de cada aluno com necessidades especiais. A literatura sobre educação especial enfatiza a importância de tais planos serem flexíveis e adaptáveis, de modo a responder às mudanças nas necessidades dos alunos ao longo do tempo (Stainback & Stainback, 2004). Isso destaca a necessidade de um acompanhamento contínuo e ajustes regulares, garantindo que os serviços prestados sejam sempre relevantes e eficazes.

As atribuições dos professores de AEE são igualmente cruciais e incluem uma variedade de responsabilidades que vão além do ensino convencional. Estas incluem a elaboração e implementação dos planos de atendimento individualizado, a coordenação com outros profissionais da educação para garantir uma abordagem coesa, e o envolvimento das famílias no processo educativo (Lacerda, 2006). Os professores de AEE devem também ser capazes de utilizar e adaptar recursos didáticos para atender às necessidades específicas dos alunos, um aspecto que exige não apenas criatividade, mas também um profundo entendimento das limitações e possibilidades de cada tipo de deficiência.

A formação dos professores que atuam no AEE é um pilar fundamental para o sucesso dessas atribuições. A literatura sugere que muitos dos desafios encontrados na educação especial podem ser mitigados através de uma formação adequada que prepare os educadores para as demandas específicas desta modalidade de ensino (Glat et al, 2012). Isso inclui treinamento em métodos pedagógicos específicos, conhecimento profundo sobre deficiências diversas e habilidades para gerenciar e adaptar o currículo de forma eficaz.

No entanto, estudos indicam que a formação atual de muitos professores de AEE ainda é insuficiente para prepará-los completamente para os desafios encontrados na prática diária (Karnopp, 2010). Isso se deve, em parte, à rápida evolução das necessidades educacionais especiais e à complexidade crescente dos casos de deficiência, que exigem um nível de especialização e uma capacidade de adaptação que nem sempre são abordados nos programas de formação existentes.

A discussão entre os autores sobre esses aspectos revela um consenso sobre a necessidade de melhorias significativas na formação de professores de AEE. Lacerda (2006) argumenta que uma formação contínua e focada nas práticas reflexivas pode melhorar significativamente a qualidade do ensino e o atendimento oferecido aos alunos. Isso não apenas aumenta a eficácia dos planos de atendimento, mas também assegura que as atribuições dos professores sejam cumpridas de maneira mais competente e consciente.

Além disso, a colaboração e o diálogo constantes entre educadores, administradores escolares, pais e outros profissionais envolvidos são essenciais para a implementação bem-sucedida dos planos de AEE. Isso é corroborado por Stainback & Stainback (2004), que destacam a importância de uma abordagem colaborativa na educação especial, onde o conhecimento e as experiências são compartilhados para enriquecer o processo educativo.

A inovação tecnológica ocupa um papel fundamental e transformador na capacitação de professores destinados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com o avanço de novas tecnologias, como softwares educacionais adaptativos, dispositivos de assistência tecnológica e plataformas de aprendizagem digital, as possibilidades dentro das salas de aula especializadas estão sendo profundamente remodeladas. Essas ferramentas tecnológicas não apenas facilitam o acesso ao conhecimento, mas também enriquecem significativamente as experiências de aprendizagem oferecidas aos alunos com necessidades especiais.

A formação dos educadores, portanto, deve evoluir para incluir um sólido componente de treinamento tecnológico, assegurando que eles estejam aptos a utilizar essas novas ferramentas de maneira eficaz e inovadora. Capacitar professores para integrar tecnologia no processo educativo especializado implica não só em familiarizá-los com o funcionamento técnico dos dispositivos e programas, mas também em desenvolver a habilidade de aplicar essas tecnologias de forma criativa e adaptada às necessidades individuais dos alunos. Dessa forma, a inclusão de módulos de formação tecnológica no currículo de treinamento dos professores de AEE é essencial para maximizar os benefícios educacionais e promover um ambiente de aprendizado verdadeiramente inclusivo e acessível.

Em suma, a formação de professores, as atribuições do AEE e a elaboração de planos de atendimento são interdependentes e vitais para o sucesso da educação inclusiva. A melhoria contínua nos métodos de formação, juntamente com uma abordagem mais integrada e colaborativa, pode levar a avanços significativos no campo da educação especial, garantindo que todos os alunos tenham as melhores chances possíveis de sucesso educacional. Conforme Glat et al (2012) enfatizam, o compromisso com a formação contínua e a prática reflexiva entre os professores de AEE não é apenas uma necessidade, mas uma obrigação ética no contexto da educação inclusiva.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo segue uma abordagem qualitativa, escolha que se alinha às recomendações de Ludke e André (1986) para pesquisas que buscam compreender a complexidade de fenômenos específicos dentro de seu contexto natural. A abordagem qualitativa é particularmente adequada para esta investigação sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para surdos, pois permite uma análise profunda das práticas pedagógicas e das interações sociais dentro de ambientes educacionais específicos (Godoy, 1995).

A pesquisa emprega um estudo de caso como procedimento metodológico, que, segundo Gil (1999), é eficaz para um exame detalhado de situações individuais, proporcionando uma compreensão intensiva de um ambiente educacional inclusivo para surdos. O estudo de caso facilita a observação direta das variáveis relevantes e a interação com o contexto estudado.

Para a coleta de dados, este estudo emprega uma metodologia multifacetada que inclui pesquisa documental, observações diretas e a aplicação de questionários, cada uma contribuindo de forma distinta para a compreensão holística do tema investigado. A pesquisa documental, uma técnica destacada por Marconi e Lakatos (2004), é essencial para a análise de documentos oficiais e registros escolares. Esses materiais são fundamentais, pois não apenas moldam, mas também refletem as práticas pedagógicas vigentes, oferecendo uma visão detalhada das políticas e diretrizes que orientam a prática educacional dentro das instituições.

A combinação dessas técnicas não apenas enriquece a robustez metodológica da pesquisa, mas também assegura uma análise mais completa e multifacetada das práticas educacionais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de conclusões bem fundamentadas.

As observações diretas são realizadas conforme recomendado por Ludke e André (1986), que afirmam ser esta uma técnica essencial para compreender os processos em seu estado natural, observando-se as atividades educativas e a dinâmica escolar sem interferências. Este método oferece insights valiosos sobre como o AEE é implementado no dia a dia.

Os questionários, uma técnica sugerida por Gil (1999), são empregados para capturar as percepções e experiências dos educadores com relação ao AEE para surdos. Os dados coletados por meio de questionários ajudam a quantificar e analisar as opiniões e atitudes dos profissionais da educação, contribuindo para um entendimento mais rico das práticas pedagógicas observadas.

O cenário da pesquisa é uma escola pública que foi selecionada por suas características específicas relacionadas ao ensino de surdos, o que, segundo Marconi e Lakatos (2004), é crucial para a validade e relevância do estudo de caso. Essa escolha permite explorar em

profundidade como as práticas inclusivas são aplicadas e quais os desafios e sucessos encontrados nesse contexto específico.

A metodologia adotada neste estudo está fundamentada em práticas consagradas na pesquisa qualitativa e no uso do estudo de caso, conforme recomendado por autores renomados no campo da metodologia de pesquisa, garantindo assim a robustez e a profundidade necessárias para uma investigação científica rigorosa e informativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo realizou uma investigação detalhada sobre aspectos fundamentais relacionados à adequação das instalações físicas e à disponibilidade de recursos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado para alunos surdos em um contexto de escola inclusiva. Adicionalmente, a pesquisa examinou o impacto das políticas públicas sobre as práticas educativas em tais ambientes. Os resultados da pesquisa enfatizaram que, embora tenha havido progressos significativos no âmbito legislativo e normativo destinados à inclusão de surdos no sistema educacional — especialmente com a promulgação da Lei 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o Decreto 5.626/2005, que regulamenta essa lei e define diretrizes para a inclusão de surdos — ainda existem obstáculos substanciais na implementação efetiva dessas políticas.

A infraestrutura física das salas de recursos multifuncionais, embora geralmente adequada, ainda carece de recursos tecnológicos avançados que poderiam melhorar significativamente a experiência de aprendizado dos alunos surdos. Ferramentas pedagógicas adaptadas e tecnologias assistivas são fundamentais para atender às necessidades linguísticas e de comunicação desses alunos, conforme enfatizado por Lacerda (2006) e Quadros e Karnopp (2004).

Além disso, foi observado que as práticas pedagógicas precisam ser continuamente adaptadas para atender às especificidades linguísticas dos alunos surdos. A oferta do AEE, conforme discutida por Cruz (2016) e Strobel (2009), deve ser uma prática reflexiva que envolva a adaptação constante das metodologias de ensino para garantir a acessibilidade e a inclusão total dos alunos surdos. Este aspecto é crucial não apenas para a eficácia educacional, mas também para a integração social e emocional dos alunos.

Conclui-se que, para que as políticas públicas tenham um impacto direto e efetivo na prática educativa para surdos, é essencial que haja um comprometimento contínuo com a

formação de professores, a atualização de recursos e a revisão de metodologias pedagógicas, garantindo que as necessidades educacionais especiais dos alunos surdos sejam plenamente atendidas, como sugerido por Ferreira (1995) e Karnopp (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou uma análise profunda e esclarecedora de vários aspectos fundamentais relacionados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para surdos. O foco da investigação centrou-se na avaliação da adequação das instalações físicas das escolas, na verificação da disponibilidade de recursos didáticos e tecnológicos necessários, e no exame das consequências das políticas públicas na prática educativa destinada aos surdos. A pesquisa ressaltou que, embora existam avanços notáveis nas políticas públicas voltadas para a inclusão de surdos no sistema educacional, ainda se observam lacunas consideráveis, particularmente na implementação eficaz dessas políticas no ambiente escolar diário.

Essas descobertas sublinham a importância de não apenas formular políticas inclusivas, mas também garantir que essas políticas sejam implementadas de maneira concreta e eficaz nas escolas. Isso envolve uma revisão das práticas atuais, um investimento contínuo em infraestrutura adequada, e um compromisso renovado com a formação profissional dos educadores, de modo a transformar os princípios de inclusão em realidades tangíveis e benéficas para os alunos surdos.

Os resultados obtidos apontam para uma infraestrutura que, embora geralmente adequada, carece de adaptações específicas para atender plenamente às necessidades dos alunos surdos. Isso inclui a falta de recursos tecnológicos modernos que poderiam facilitar significativamente a comunicação e a aprendizagem. Além disso, as ferramentas pedagógicas e metodologias utilizadas frequentemente não refletem as especificidades linguísticas e culturais dos surdos, evidenciando uma lacuna entre a teoria das políticas inclusivas e a prática observada nas salas de aula.

Essa disparidade tem implicações práticas importantes para o desenvolvimento e a implementação do AEE. Sugere-se que melhorias nos recursos tecnológicos e nas estratégias pedagógicas poderiam ser alcançadas através de um compromisso mais robusto com a formação contínua de professores em metodologias específicas para o ensino de surdos, bem como um investimento mais significativo em tecnologias assistivas.

A adaptação das práticas pedagógicas, com base nos resultados encontrados, deveria considerar o desenvolvimento e a implementação de um currículo que verdadeiramente respeite e incorpore as necessidades linguísticas dos alunos surdos. Isso inclui o uso mais integrado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como parte do processo educativo, garantindo que os surdos possam aprender em um ambiente que valoriza sua língua materna.

Olhando para o futuro, este estudo sugere várias direções para pesquisa adicional. Uma análise mais aprofundada sobre como as políticas públicas são implementadas no nível da sala de aula poderia fornecer insights mais detalhados sobre as barreiras à inclusão efetiva. Além disso, estudos longitudinais que acompanhem os efeitos das intervenções educacionais sobre o desempenho acadêmico e a inclusão social dos alunos surdos poderiam contribuir para uma compreensão mais holística dos impactos do AEE.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Clecia Rosas Brito et al. As brincadeiras como práticas lúdicas nos anos iniciais do ensino fundamental: contribuições à luz da teoria de Piaget e Vygotsky. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 41, n. 1, p. 462-485, 2023.

CRUZ, A. N. **Aula de arte para/com surdos**: criando uma prática de ensino. Dissertação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Instituto de Arte - São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143081>. Acesso em 30 abr. 2023.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento educacional especializado**: pessoa com surdez; formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC, 2007.

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 199-203, mar. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 5 abr. 2024.

DE SOUSA, Maria do Bonfim Soares. A INFLUÊNCIA DO LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO DA COGNIÇÃO MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma lacuna na pesquisa contemporânea. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 16, n. 1, p. 564-579, 2024.

DA ROCHA RIBAS, Márcia Helena. Recursos na Educação Especial: Promovendo a Inclusão e Diversidade. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 20, n. 20, p. 343-356, 2023.

DO CARMO, Walkiria Batista. Competências Socioemocionais na Escola: Incertezas e Desafios. **Altus Ciência**, v. 17, n. 17, p. 36-48, 2023.

FERREIRA, B. L. **Por uma gramática das línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente em ciências humanas e sociais. **Revista EDUR**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012. <https://doi.org/10.4322/chsr.2014.005>

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000400008>

KARNOPP, L. B. Língua de sinais e língua portuguesa: uma busca de um diálogo. *In*: LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B.; FERNANDES, E. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KARNOPP, L. B. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. **Cadernos de Educação**, Pelota, [36]: 155 - 174, maio/agosto 2010.

LACERDA, C. B. F., de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. 2006. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unimcamp.br> <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Artmed: Porto Alegre, 2004.

RAMINHO, E. G.; GONÇALVES, M. C. da S.; FURTADO, A. C. Contribuições da formação para os saberes do professor do século XXI: Um projeto a ser discutido. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. esp.1, p. e023014, 2022. DOI: 10.30612/eduf.v12in.esp.1.17109. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/17109>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SANTOS, Ana Rachel Pires Cantarelli; DA SILVA GONÇALVES, Maria Célia. Profissão Docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, n. 17, p. 423-438, 2023.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade à distância. Florianópolis, 2009.